

PROCESSO Nº. 0673.000178/2016-88

A COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ – CAGECE, torna público que realizará **DISPENSA DE LICITAÇÃO** na forma **PRESENCIAL** para aquisição de **CONEXÕES FOFO**.

1. DO TIPO: Menor Preço

2. DA FORMA DE FORNECIMENTO: Parcelado

3. OBJETO: Aquisição de **CONEXÕES FOFO**, de acordo com as especificações e quantitativos previstos neste termo.

4. DO ACESSO AO EDITAL, DO LOCAL DE REALIZAÇÃO

4.1. O edital está disponível gratuitamente no site www.cagece.com.br.

4.2. O certame será realizado na forma presencial na **SALA DE TREINAMENTO 2 – CAGECE SEDE**, localizada na Av. Dr. Lauro Vieira Chaves, 1030 – Bairro: Vila União – Fortaleza CE, Telefone de contato: 85 - 3101.5607 / 3101.5602.

5. DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME

5.1. Início da sessão de disputa de preços: **02/12/2016 às 14:00h.**

5.2. Para todas as referências de tempo será observado o **HORÁRIO LOCAL.**

5.3. Na hipótese de não haver expediente, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo 48h (quarenta e oito horas) a contar da respectiva data.

6. DO ENDEREÇO PARA A ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO

6.1. Avenida Carneiro de Mendonça S/N. Fortaleza – Ceará, CEP: 60.510-137, Telefone de contato: 85 - 3101.5607 / 3101.5602.

6.2. Conter no anverso do envelope o nome do "DISPENSA PARA CONEXÕES FOFO Setor: GESUP/CAGECE, aos cuidados de Lígia Cacau."

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes da arrecadação da tarifa de contingência.

8. DA PARTICIPAÇÃO

8.1. A participação implica a aceitação integral dos termos deste edital.

8.2. É vedada a participação de pessoa física e de pessoa jurídica nos seguintes casos:

8.2.1. Sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua constituição.

8.2.2. Que tenham em comum um ou mais sócios cotistas e/ou prepostos com procuração.

8.2.3. Que estejam em estado de insolvência civil, sob processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução, fusão, cisão, incorporação e liquidação.

8.2.4. Impedidas de licitar e contratar com a Administração.

8.2.5. Suspensas temporariamente de participar de licitação e impedidas de contratar com a Administração.

8.2.6. Declaradas inidôneas pela Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta condição.

8.2.7. Servidor público ou empresas cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes de seu quadro técnico sejam funcionários ou empregados públicos da Administração Pública Estadual Direta ou Indireta.

8.2.8. Estrangeiras não autorizadas a comercializar no país.

8.2.9. Cujo estatuto ou contrato social, não inclua no objetivo social da empresa, atividade compatível com o objeto do certame.

9. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

9.1. A proposta deverá explicitar nos campos “VALOR UNITÁRIO (R\$)” E “VALOR TOTAL (R\$)”, os preços referentes a cada item incluídos todos os custos diretos e indiretos, em conformidade com as especificações deste edital. Os Campos “marca”, “fabricante” e “descrição detalhada do objeto ofertado” deverão ser preenchidos.

9.2. Os Proponentes deverão enviar suas propostas até a data e hora designadas para a abertura da sessão presencial em envelope lacrado para o endereço e setor constante no subitem 6.1 e 6.2, identificando o envelope A e B.

10. DA ABERTURA E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1. O preço deverá ser expresso em reais, com até 2 (duas) casas decimais em seus valores globais.

10.2. O Proponente será considerado HABILITADO para disputa do certame apresentando a documentação exigida em dois envelopes: **Envelope "A"** - documentação de regularidade fiscal e Qualificação Técnica (documentos listados no subitem 10.3). **O Envelope "B"** deverá conter a proposta comercial.

10.3. No envelope "A" deverá conter os seguintes documentos dentro do prazo de validade:

10.1. Cópia do contrato social consolidado com o último aditivo autenticado

10.2. Fazenda Federal (CNPJ)

10.3. Fazenda Estadual (CGF) ou documento comprobatório de isenção, emitido por órgão competente ou Fazenda Municipal.

10.4. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede da empresa participante:

a) A comprovação de quitação para com a Fazenda Federal deverá ser feita através da Certidão Conjunta Negativa/Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

b) A comprovação de quitação para com a Fazenda Estadual deverá ser feita através da Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual, ou na inexistência desta, de Certidão Negativa/Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos aos Impostos de competência Estadual e de Certidão Negativa/Positiva com Efeitos de Negativa da Dívida Ativa do Estado, emitida pela Procuradoria Geral do Estado.

c) A comprovação para com a Fazenda Municipal deverá ser feita através da Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal, ou na inexistência desta, de Certidão Negativa/Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos aos Impostos de competência Municipal e de Certidão Negativa/Positiva com Efeitos de Negativa da Dívida Ativa do Município, emitida pela Procuradoria Geral do Município.

i. As empresas participantes desta dispensa de licitação obedecerão ao que determina a legislação específica do Município domicílio da empresa participante.

ii. Para os municípios que emitem prova de regularidade para com a Fazenda Municipal em separado, as proponentes deverão apresentar as duas certidões, isto é, Certidão sobre Tributos Imobiliários e Certidão de Tributos Mobiliários.

iii. Caso a proponente não possua imóvel cadastrado em seu nome, deverá apresentar declaração ou documento emitido pela Prefeitura, indicando esta situação.

d) Prova de situação regular perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, através da Certidão Negativa/Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).

e) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, através de Certificado de Regularidade do FGTS – CRF emitido pela Caixa Econômica Federal.

f) A comprovação da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho deverá ser feita através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

10.5. Todas as certidões fiscais deverão estar dentro do prazo de validade. Qualquer certidão apresentada vencida ou sem anotação da validade não será aceita e o Proponente será considerado inabilitado por falta da documentação fiscal.

10.6 Atestados da qualificação técnica conforme item 13, deste Edital.

10.7 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA (De acordo com cada objeto, a ser estabelecido pela unidade solicitante, limitando-se ao disposto no artigo 31 da lei 8.666/93);

i. Certidão negativa expedida pelo Cartório Distribuidor de Falência ou de Recuperação Judicial do local da sede da proponente, com data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias, quando não houver prazo de validade expresso no documento.

10.8 QUALIFICAÇÃO TRABALHISTA

i. Declaração da proponente, comprovando o fiel cumprimento das recomendações trazidas pelo art. 7º da Constituição Federal, inciso XXXIII, isto é, que não utiliza trabalho de menores de 18 (dezoito) anos na execução de serviços perigosos ou insalubres, nem de menores de 16 (dezesesseis).

10.9. Cópia do CCT ou protocolo do pedido de CCT (desde que exigido no TR)

10.10 Cadastro no CRC da SEPLAG em vigência.

10.4. O não cumprimento da entrega da documentação na sessão acarretará desclassificação/inabilitação, e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação.

11. DO CREDENCIAMENTO

11.1 A sessão terá início com o **credenciamento** das proponentes, verificando quem está representando cada empresa. Os Documentos de Habilitação e as Propostas Comerciais deverão ser apresentados por preposto da EMPRESA com poderes de representação legal, através de procuração pública ou particular com firma reconhecida. A não apresentação de procuração não implicará inabilitação, no entanto, o representante não poderá pronunciar-se em nome da EMPRESA, salvo se estiver sendo representada por um de seus dirigentes, que comprove tal condição através de documento legal.

11.2 Qualquer pessoa poderá entregar os Documentos de Habilitação e as Propostas Comerciais de mais de uma EMPRESA, porém, nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma EMPRESA PARTICIPANTE, sob pena de exclusão sumária das EMPRESAS representadas

12. DA ETAPA DE LANCES

12.1. Serão abertos os envelopes de todas as propostas comerciais e verificado o MENOR VALOR GLOBAL. A partir deste momento, começando pelo proponente que apresentou o maior valor, cada participante poderá fazer lances até a obtenção do menor preço.

12.2. Caso haja empate entre as propostas, será realizado desempate por sorteio.

12.3. A diferença entre lances não poderá ser inferior a R\$ 100,00, do preço POR LOTE em relação ao último lance do próprio Proponente.

12.4. A sessão será encerrada quando não houver nenhuma contra proposta ofertando menor preço ao último registrado. A proponente que, ao final da disputa de lances, apresentar o MENOR

VALOR GLOBAL na proposta comercial terá seus documentos de habilitação analisados e, caso atenda às exigências previstas no Termo de Referência será declarada vencedora;

12.5. Após a etapa de lances, será conferida a documentação de habilitação do Proponente vencedor. Se a proponente não atender as exigências previstas no Edital, será analisada a documentação da empresa que houver apresentado o 2º menor preço e, assim sucessivamente;

12.6. Após o encerramento da disputa, a proponente vencedora deverá apresentar, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a nova proposta comercial, que não poderá conter valores unitários superiores aos valores de referência da Cagece.

12.7. O resultado da dispensa será divulgado em até 2 (dois) dias úteis após o término do prazo para juntada da proposta vencedora, por email ou por ofício aos interessados, e na página da Cagece na internet.

12.8. Havendo necessidade de convocar a segunda colocada, por desclassificação da primeira, serão concedidos 2 (dois) dias úteis, para apresentar a nova proposta comercial, que não poderá conter valores unitários superiores aos valores de referência da Cagece, procedimento que se repetirá sucessivamente, caso haja nova desclassificação.

12.9. Prazo de validade da proposta definitiva deverá ter o prazo do contrato de 90 (noventa dias) , contados a partir da data da sua apresentação.

12.10. Para julgamento das propostas será adotado o critério de MENOR PREÇO GRUPO.

13. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

14. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1. Qualquer proponente poderá manifestar, de forma motivada, a intenção de interpor recurso, no momento de encerramento da sessão fazendo constar em ata, depois de declarado o vencedor, quando lhe será concedido o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para apresentação das razões do recurso. Os demais proponentes ficam desde logo convidados a apresentar contrarrazões dentro de igual prazo, que começará a contar a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos autos.

14.2. Não serão conhecidos os recursos intempestivos e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente no início da sessão ou não identificado para responder pelo proponente.

14.3. A falta de manifestação, conforme o subitem 14.1 deste edital, importará na decadência do direito de recurso.

14.4 O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O Proponente, que praticar quaisquer das condutas previstas no art. 32, do Decreto Estadual nº 28.089/2006, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, estará sujeito às seguintes penalidades:

15.1.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.

15.1.2. Impedimento de licitar e contratar com a Administração, sendo, então, descredenciado no cadastro de fornecedores da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até

que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

15.2. O proponente recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão contratante. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

15.3. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditório, na forma da lei.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Esta Dispensa não importa necessariamente em contratação, podendo a autoridade competente revogá-la por razões de interesse público, anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante decisão devidamente fundamentada, sem quaisquer reclamações ou direitos à indenização ou reembolso.

16.2. É facultada a Administração ou à autoridade superior, em qualquer fase da Dispensa, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de Dispensa de licitação, vedada a inclusão posterior de documentos que deveriam constar originariamente na proposta e na documentação de habilitação.

16.3. O descumprimento de prazos estabelecidos neste edital e/ou pelo responsável pela sessão ou o não atendimento às solicitações ensejará DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO.

16.4. Toda a documentação fará parte dos autos e não será devolvida ao Proponente, ainda que se trate de originais.

16.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital excluir-se-ão os dias de início e incluir-se-ão os dias de vencimento. Os prazos estabelecidos neste edital se iniciam e se vencem somente em dia de expediente na Cagece.

16.6. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da contratação.

16.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não implicará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

16.8. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia autenticada. Caso a documentação tenha sido emitida pela internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

16.9. O responsável pela sessão poderá sanar erros formais que não acarretem prejuízos para o objeto da Dispensa, a Administração e os proponentes, dentre estes, os decorrentes de operações aritméticas.

16.10. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração responsável pela dispensa, nos termos da legislação pertinente.

16.11. As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa.

16.12. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará.

16.13 Prazo de entrega conforme item 4.1.2.2 do Anexo I deste edital.

17. DOS ANEXOS

17.1. Constituem anexos deste edital, dele fazendo parte:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - CARTA PROPOSTA.

Fortaleza – CE,

CIENTE:

JOSÉ FERNANDES DA SILVA FILHO
GERENTE DE SUPRIMENTOS – GESUP

ADALBERTO NAPOLEÃO DE A NETO
SUPERINTENDENTE FINANCEIRO E DE ATIVOS - SFA

DARIO SIDRIM PERINI
DIRETOR DE GESTÃO CORPORATIVA – CAGECE

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. UNIDADE REQUISITANTE: GESUP – Gerência de Suprimentos.

2. OBJETO: Aquisição de **CONEXÕES FOFO**, de acordo com as especificações e quantitativos previstos neste termo.

2.1. Este objeto será realizado através de **Dispensa de licitação**, na forma **PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO**, com a forma de fornecimento **PARCELADO**.

3. DA JUSTIFICATIVA:

3.1. O objeto destina-se às Unidades de Negócio da capital visando atender as diversas ações para buscar o equilíbrio entre a oferta e a demanda de água nesse período de escassez, destacando-se o controle e redução de perdas mediante a execução de diversas ações, tais como: identificação e conserto de vazamentos, a identificação e regularização de fraudes, de forma eficaz e eficiente, a fim de obtermos êxito no combate ao desperdício de água tratada. Conforme as metas definidas e aprovadas pela Diretoria Colegiada.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DO OBJETO

GRUPO 01 – ADAPTADORES

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	COMPLEMENTO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT
01	ADAPTADOR FOFO P/ PVC JE DN 100 MM DE 110 MM Adaptador ferro fundido para PVC rígido, serie-B, junta elástica, conforme EB-183 da ABNT, diametro em milímetros, para redes e adutoras. Acompanha anel de borracha. Apresentar CCT - Certificado de Conformidade Técnica fornecido pela Cagece.	Apresentar CCT - Certificado de Conformidade Técnica	PC	6
02	ADAPTADOR FOFO P/ PVC JE DN 125 MM DE 140 MM Adaptador ferro fundido para PVC rígido, serie-B, junta elástica, conforme EB-183 da ABNT, diametro em milímetros, para redes e adutoras. Acompanha anel de borracha. Apresentar CCT - Certificado de Conformidade Técnica fornecido pela Cagece.	Apresentar CCT - Certificado de Conformidade Técnica	PC	4
03	ADAPTADOR FOFO P/ PVC JE DN 140 MM DE 160 MM Adaptador ferro fundido para PVC rígido, serie-B, junta elástica, conforme EB-183 da ABNT, diametro em milímetros, para redes e adutoras. Acompanha anel de borracha. Apresentar CCT - Certificado de Conformidade Técnica fornecido pela Cagece.	Apresentar CCT - Certificado de Conformidade Técnica	PC	4
04	ADAPTADOR FOFO P/ PVC JE DN 180 MM DE 200 MM Adaptador ferro fundido para PVC rígido, serie-B, junta elástica, conforme EB-183 da ABNT, diametro em milímetros, para redes e adutoras. Acompanha anel de borracha. Apresentar CCT - Certificado de Conformidade Técnica fornecido pela Cagece.	Apresentar CCT - Certificado de Conformidade Técnica	PC	14

GRUPO 02 – JUNTAS GIBAUT FOFO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	COMPLEMENTO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT
5	JUNTA GIBAUT FOFO DN 100 X 100 MM PN 25 Junta Gibault luva e contra flanges em ferro fundido dúctil fabricado conforme NBR 14243 (Norma Vigente) classe 42012, acompanha anéis de borracha, parafusos e porcas em aço SAE 1020 galvanizado, revestimento interno e externo com pintura betuminosa anticorrosivo, devendo vir montada. Apresentar CCT - Certificado de Conformidade Técnica fornecido pela CAGECE.	Apresentar CCT - Certificado de Conformidade Técnica	PC	97
6	JUNTA GIBAUT FOFO DN 150 X 150 MM PN 25 Junta gibault luva e contra flanges em ferro fundido ductil NBR 14243 classe 42012 (norma vigente), anéis de borracha parafusos e porcas em aço SAE 1020 galvanizado, pintura betuminosa, devendo vir montada, obedecendo a NBR 14243 (norma vigente). Apresentar CCT - Certificado de Conformidade Técnica fornecido pela Cagece.	Apresentar CCT - Certificado de Conformidade Técnica	PC	174
7	JUNTA GIBAUT FOFO DN 200 X 200 MM PN 25 Junta Gibault luva e contra flanges em ferro fundido dúctil fabricado conforme NBR 14243 classe 42012 (Norma Vigente), acompanha anéis de borracha, parafusos e porcas em aço SAE 1020 galvanizado, revestimento interno e externo com pintura betuminosa anticorrosivo, devendo vir montada. Apresentar CCT - Certificado de Conformidade Técnica fornecido pela CAGECE.	Apresentar CCT - Certificado de Conformidade Técnica	PC	131
8	JUNTA GIBAUT FOFO DN 250 X 250 MM PN 16 Junta Gibault luva e contra flanges em ferro fundido dúctil fabricado conforme NBR 14243 classe 42012 (Norma Vigente), acompanha anéis de borracha, parafusos e porcas em aço SAE 1020 galvanizado, revestimento interno e externo com pintura betuminosa anticorrosivo, devendo vir montada. Apresentar CCT - Certificado de Conformidade Técnica fornecido pela CAGECE.	Apresentar CCT - Certificado de Conformidade Técnica	PC	106
9	JUNTA GIBAUT FOFO DN 300 X 300 MM PN 16 Junta Gibault luva e contra flanges em ferro fundido dúctil fabricado conforme NBR 14243 classe 42012 (Norma Vigente), acompanha anéis de borracha, parafusos e porcas em aço SAE 1020 galvanizado, revestimento interno e externo com pintura betuminosa anticorrosivo, devendo vir montada. Apresentar CCT - Certificado de Conformidade Técnica fornecido pela CAGECE.	Apresentar CCT - Certificado de Conformidade Técnica	PC	32
10	JUNTA GIBAUT FOFO DN 350 X 350 MM PN 16 Junta Gibault revestido interno e externamente com pintura betuminosa; luva e contra flanges em ferro fundido dúctil fabricado conforme NBR 14243 classe 42012 (Norma Vigente), acompanha anéis de borracha, parafusos e porcas em aço SAE 1020 galvanizado, revestimento interno e externo com pintura betuminosa	Apresentar CCT - Certificado de Conformidade Técnica	PC	19

	anticorrosivo, devendo vir montada. Apresentar CCT - Certificado de Conformidade Técnica fornecido pela CAGECE.			
11	JUNTA GIBALT FOFO DN 400 X 400 MM PN 16 Junta Gibault luva e contra flanges em ferro fundido dúctil fabricado conforme NBR 14243 classe 42012 (Norma Vigente), acompanha anéis de borracha, parafusos e porcas em aço SAE 1020 galvanizado, revestimento interno e externo com pintura betuminosa anticorrosivo, devendo vir montada. Apresentar CCT - Certificado de Conformidade Técnica fornecido pela CAGECE.	Apresentar CCT - Certificado de Conformidade Técnica	PC	12

GRUPO 03 – JUNTAS GIBALT FOFO C/SAÍDAS FOFO/CA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	COMPLEMENTO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT
12	JUNTA GIBALT FOFO C/ SAÍDAS FOFO/CA DN 100 X 100 MM Junta gibault; luva e contra flanges para tubos cimento amianto e fofo; fabricada em fofo NBR 6916 classe 42012 (Norma Vigente); fornecida com anéis de borracha, parafusos e porcas em aço SAE 1020 galvanizado; com pintura betuminosa; deverá vir montada; obedecendo a NBR 14243 (Norma Vigente).	NÃO SE APLICA CCT	PC	15
13	JUNTA GIBALT FOFO C/ SAÍDAS FOFO/CA DN 125 X 125 MM Junta gibault; luva e contra flanges para tubos cimento amianto e fofo; fabricada em fofo NBR 6916 classe 42012 (Norma Vigente); fornecida com anéis de borracha, parafusos e porcas em aço SAE 1020 galvanizado; com pintura betuminosa; deverá vir montada; obedecendo a NBR 14243 (Norma Vigente).	NÃO SE APLICA CCT	PC	15
14	JUNTA GIBALT FOFO C/ SAÍDAS FOFO/CA DN 150 X 150 MM Junta gibault; luva e contra flanges para tubos cimento amianto e fofo; fabricada em fofo NBR 6916 classe 42012 (Norma Vigente); fornecida com anéis de borracha, parafusos e porcas em aço SAE 1020 galvanizado; com pintura betuminosa; deverá vir montada; obedecendo a NBR 14243 (Norma Vigente).	NÃO SE APLICA CCT	PC	15
15	JUNTA GIBALT FOFO C/ SAÍDAS FOFO/CA DN 200 X Junta gibault; luva e contra flanges para tubos cimento amianto e fofo; fabricada em fofo NBR 6916 classe 42012 (Norma Vigente); fornecida com anéis de borracha, parafusos e porcas em aço SAE 1020 galvanizado; com pintura betuminosa; deverá vir montada; obedecendo a NBR 14243 (Norma Vigente).	NÃO SE APLICA CCT	PC	15

16	JUNTA GIBAUT FOFO C/ SAÍDAS FOFO/CA DN 250 X 250 MM Junta gibault; luva e contra flanges para tubos cimento amianto e fofo; fabricada em fofo NBR 6916 classe 42012 (Norma Vigente); fornecida com anéis de borracha, parafusos e porcas em aço SAE 1020 galvanizado; com pintura betuminosa; devesa vir montada; obedecendo a NBR 14243 (Norma Vigente).	NÃO SE APLICA CCT	PC	15
----	--	-------------------	----	----

GRUPO 04 – LUVAS JUNTA MECÂNICA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	COMPLEMENTO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT
17	LUIA CORRER FOFO JM DN 150 MM Luua de correr de ferro fundido dúctil com junta mecânica conforme a norma ABNT NBR 7677 (Norma Vigente), revestido interno e externamente com pintura betuminosa. Fabricada conforme a norma da ABNT NBR 7675 (Norma Vigente) e NBR 6916 (Norma Vigente), fornecida com os respectivos anéis de borracha, parafusos e porcas de aço galvanizado (fabricado por imersão a quente conforme ASTM A 153 – classe C). O conjunto devesa vir montado. Apresentar CCT - Certificado de Conformidade Técnica fornecido pela CAGECE	Apresentar CCT - Certificado de Conformidade Técnica	PC	36
18	LUIA FOFO JM DN 350 MM Fabricada em ferro fundido dúctil, junta mecânica norma ABNT NBR 7677:1996 (Norma Vigente), pintada interna e externamente com tinta betuminosa anticorrosiva na cor preta, fabricadas de acordo com a norma ABNT NBR 7675/2005 (Norma Vigente), devedo acompanhar anéis de borracha em NBR ou EPDM, porcas e parafusos em aço galvanizado a fogo. O conjunto deve ser montado. Apresentar CCT - Certificado de Conformidade Técnica fornecido pela CAGECE.	Apresentar CCT - Certificado de Conformidade Técnica	PC	37
19	LUIA FOFO JM DN 400 MM Luua de ferro fundido dúctil com bolsas junta mecânica, conforme NBR - 7675 (Norma vigente) bem como as normas correlatas citadas na mesma. Deuem ser fornecidas com os anéis de borracha, contra - flange, parafusos e porcas (de aço galvanizado fabricados por imersão à quente conforme NBR - 14267 (Norma vigente), revestimento interno e externo com pintura anticorrosiva betuminosa. Conjunto deve vir montado. Apresentar CCT - Certificado de Conformidade Técnica fornecido pela CAGECE.	Apresentar CCT - Certificado de Conformidade Técnica	PC	36
20	LUIA FOFO JM DN 500 MM Luua de ferro fundido dúctil com bolsas junta mecânica, conforme NBR - 7675 (Norma vigente) bem como as normas correlatas citadas na mesma. Deuem ser fornecidas com os anéis de borracha, contra - flange, parafusos e porcas (de aço galvanizado fabricados por imersão à quente conforme NBR - 14267 (Norma vigente), revestimento interno e externo com pintura	Apresentar CCT - Certificado de Conformidade Técnica	PC	22

	anticorrosiva betuminosa. Conjunto deve vir montado. Apresentar CCT - Certificado de Conformidade Técnica fornecido pela CAGECE.			
21	LUA FOFO JM DN 550 MM Luva de ferro fundido dúctil com bolsas junta mecânica, conforme NBR - 7675 (Norma vigente) bem como as normas correlatas citadas na mesma. Devem ser fornecidas com os anéis de borracha, contra - flange, parafusos e porcas (de aço galvanizado fabricados por imersão à quente conforme NBR - 14267 (Norma vigente), revestimento interno e externo com pintura anticorrosiva betuminosa. Conjunto deve vir montado. Apresentar CCT - Certificado de Conformidade Técnica fornecido pela CAGECE.	Apresentar CCT - Certificado de Conformidade Técnica	PC	4
22	LUA FOFO JM DN 600 MM Luva de ferro fundido dúctil com bolsas junta mecânica, conforme NBR - 7675 (Norma vigente) bem como as normas correlatas citadas na mesma. Devem ser fornecidas com os anéis de borracha, contra - flange, parafusos e porcas (de aço galvanizado fabricados por imersão à quente conforme NBR - 14267 (Norma vigente), revestimento interno e externo com pintura anticorrosiva betuminosa. Conjunto deve vir montado. Apresentar CCT - Certificado de Conformidade Técnica fornecido pela CAGECE.	Apresentar CCT - Certificado de Conformidade Técnica	PC	15

GRUPO 05 – VÁLVULAS E VENTOSAS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	COMPLEMENTO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT
23	VÁLVULA BORBOLETA WAFER DN 450 MM (18") PN 10 Válvula Borboleta, sistema eixo/disco bi-excêntrica, superfície interna do corpo totalmente revestida em borracha vulcanizada. Diâmetro nominal (mm): 450; Classe de pressão (kgf/cm ²): PN 10; Face-a-face: de acordo com Norma ISO 5752 - Série básica 13; Flanges: padrão de furação conforme Norma ABNT NBR 7675 ou ISO 2531 (norma vigente). Apresentar CCT - Certificado de Conformidade Técnica fornecido pela CAGECE.	Apresentar CCT - Certificado de Conformidade Técnica	PC	1
24	VÁLVULA BORBOLETA WAFER DN 500 MM (20") PN 10 Válvula Borboleta, sistema eixo/disco bi-excêntrica, superfície interna do corpo totalmente revestida em borracha vulcanizada. Diâmetro nominal (mm): 500; Classe de pressão (kgf/cm ²): PN 10; Face-a-face: de acordo com Norma ISO 5752 - Série básica 13; Flanges: padrão de furação conforme Norma ABNT NBR 7675 ou ISO 2531 (Norma Vigente). Apresentar CCT - Certificado de Conformidade Técnica fornecido pela CAGECE.	Apresentar CCT - Certificado de Conformidade Técnica	PC	2

25	VÁLVULA BORBOLETA WAFER DN 600 MM (24") PN 10 Válvula Borboleta, sistema eixo/disco bi-excêntrica, superfície interna do corpo totalmente revestida em borracha vulcanizada. Diâmetro nominal (mm): 600; classe de pressão (kgf/cm ²): PN 10; Face-a-face: de acordo com Norma ISO 5752 - Série básica 13; Flanges: padrão de furação conforme Norma ABNT NBR 7675 ou ISO 2531 (Norma vigente). Apresentar CCT - Certificado de Conformidade Técnica fornecido pela CAGECE.	Apresentar CCT - Certificado de Conformidade Técnica	PC	1
26	VENTOSA TRÍPLICE FUNÇÃO FF DN 100 MM PN 25 Ventosa de tríplice função com flange (ISO 2531), PN-25; corpo, tampa e suporte em fofo ductil NBR 6916 classe 42012 (Norma Vigente), niple descarga em latão, flutuador esférico/cilíndrico do compartimento auxiliar e principal em borracha/polipropileno/aço inox AISI 304, sólido não colapsável, tanto para função cinética quanto para função automática, anéis de vedação em borracha/EPDM; diâmetro de entrada igual ao diâmetro de saída. Pressão mínima 5MCA. Apresentar CCT - Certificado de Conformidade Técnica fornecido pela CAGECE.	Apresentar CCT - Certificado de Conformidade Técnica	PC	12

GRUPO 06 – FERRULES

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	COMPLEMENTO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT
27	FERRULE LIGA DE COBRE (LATÃO) 1 POL Registro tipo ferrule de liga de cobre (Latão), dotado de roscas de acordo com a NBR ISO NM 7-1 (Norma Vigente), fabricado de acordo com a NBR 13466 (Norma Vigente) e NBR 13467 (Norma Vigente) para execução de ligação predial.	NÃO SE APLICA CCT	PC	664
28	FERRULE LIGA DE COBRE (LATÃO) 3/4 POL Registro tipo ferrule de liga de cobre (Latão), dotado de roscas de acordo com a NBR ISO NM 7-1 (Norma Vigente), fabricado de acordo com a NBR 13466 (Norma Vigente) e NBR 13467 (Norma Vigente) para execução de ligação predial.	NÃO SE APLICA CCT	PC	1.572

ITEM 29 – TAMPAO FOFO COMPLETO CL-400 ARTICULADO 110 GR DN 600MM

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	COMPLEMENTO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT
29	TAMPÃO FOFO COMPLETO CL-400 ARTICULADO 110 GR DN 600MM Classe mínima D 400, fabricado conforme NBR 10160:2005 (Norma Vigente). Circular para poço de visita com tampa articulada; cota de passagem de 600 mm (diâmetro do maior círculo livre inscrito na área livre do telar); profundidade de encaixe de no mínimo 50 mm; folga total de no máximo 9 mm; telares contendo furos para fixação no concreto e uma soleira com orifícios que favoreçam a interação telar-concreto; descrição “cagece esgoto” em alto relevo com altura de 3 mm a 8 mm; altura do telar de no mínimo 100 mm; ângulo de abertura de tampa de 110° em relação ao plano horizontal; tampa de travamento automático realizado para barra elástica em fofa dúctil integrada; com anel anti-ruído e anti-vibração para ser utilizado como apoio elástico, confeccionado em elastômero fixado ao telar. Apresentar CCT - Certificado de Conformidade Técnica pela CAGECE.	Apresentar CCT - Certificado de Conformidade Técnica	PC	1.016

4.1. Especificação Detalhada:
4.1.1. GENERALIDADES

4.1.1.1 – As principais especificações técnicas são as descritas neste Termo de Referência.

4.1.1.2 - A proponente deve apresentar **CCT- Certificado de Conformidade Técnica de Materiais e Equipamentos**, emitido pela CAGECE, dentro do prazo de validade, na proposta comercial ou o protocolo de recebimento da solicitação da certificação emitido pela GESUP – Gerência de Suprimentos da CAGECE, conforme Regulamento de Conformidade Técnica e suas alterações, disponível no endereço <http://www.cagece.com.br/certificado-de-conformidade-tecnica>

4.1.1.3 – As presentes especificações têm por objetivo definir as características e padrões técnicos exigidos, assim como prover as instruções, recomendações e diretrizes requeridas para o fornecimento do objeto da dispensa de licitação.

4.1.1.4 – Os materiais, com especificações anexas, deverão ter proposta técnica avaliada e aprovada pela CAGECE, antes de se efetivar, através da ordem de fornecimento. Os materiais fornecidos serão submetidos à aprovação da Coordenadoria de Controle de Materiais da CAGECE, e para tanto, a contratada deverá comunicar previamente a procedência de tais materiais e agendamento para vistorias e testes, se necessários.

4.1.1.5 – O fornecimento abrange também os itens a seguir relacionados, sem, entretanto se limitar a eles, bem como daqueles citados nas especificações, ficando claro que a responsabilidade do Fornecedor se estende até a entrega dos materiais, devidamente descarregados e armazenados nos locais definidos, e, recebidos e aceitos pela CAGECE.

- Embalagem e proteção para embarque;
- Descarga no local de entrega;
- Armazenamento no local de entrega;
- Inspeção final para verificação de danos de manuseio e transporte.
- Identificação (nome e data de fabricação) visível.

4.1.1.6 – O frete será CIF.

4.1.2. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO

4.1.2.1 – O fornecimento dos materiais com as expensas do fornecedor inclui fornecimento de embalagens apropriadas, transporte até o Centro de Distribuição da CAGECE situado na av. Carneiro de Mendonça s/n – Bairro Pici, conforme especificado na Ordem de Fornecimento, assim como a descarga dos materiais. Após o recebimento e aceite dos materiais pela CAGECE, manuseio e guarda será de responsabilidade da CAGECE.

4.1.2.1.1 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

O prazo de fornecimento parcial do material será conforme descrito abaixo a contar da assinatura da ordem de fornecimento:

GRUPO 01 – ADAPTADORES

OBJETO	Mês 1	Mês 2	Mês 3
ADAPTADOR FOFO P/ PVC JE DN 100 MM DE 110 MM	6	-	-
ADAPTADOR FOFO P/ PVC JE DN 125 MM DE 140 MM	4	-	-
ADAPTADOR FOFO P/ PVC JE DN 140 MM DE 160 MM	4	-	-
ADAPTADOR FOFO P/ PVC JE DN 180 MM DE 200 MM	14	-	-

GRUPO 02 – JUNTAS GIBALT FOFO

OBJETO	Mês 1	Mês 2	Mês 3
JUNTA GIBALT FOFO DN 100 X 100 MM PN 25	33	32	32
JUNTA GIBALT FOFO DN 150 X 150 MM PN 25	58	58	58
JUNTA GIBALT FOFO DN 200 X 200 MM PN 25	44	44	43
JUNTA GIBALT FOFO DN 250 X 250 MM PN 16	36	35	35
JUNTA GIBALT FOFO DN 300 X 300 MM PN 16	11	11	10
JUNTA GIBALT FOFO DN 350 X 350 MM PN 16	7	6	6
JUNTA GIBALT FOFO DN 400 X 400 MM PN 16	4	4	4

GRUPO 03 – JUNTAS GIBALT FOFO C/SAÍDAS FOFO/CA

OBJETO	Mês 1	Mês 2	Mês 3
JUNTA GIBALT FOFO C/ SAÍDAS FOFO/CA DN 100 X 100 MM	5	5	5
JUNTA GIBALT FOFO C/ SAÍDAS FOFO/CA DN 125 X 125 MM	5	5	5
JUNTA GIBALT FOFO C/ SAÍDAS FOFO/CA DN 150 X 150 MM	5	5	5

JUNTA GIBault FOFO C/ SAÍDAS FOFO/CA DN 200 X 200 MM	5	5	5
JUNTA GIBault FOFO C/ SAÍDAS FOFO/CA DN 250 X 250 MM	5	5	5

GRUPO 04 – LUVAS JUNTA MECÂNICA

OBJETO	Mês 1	Mês 2	Mês 3
LUVA CORRER FOFO JM DN 150 MM	12	12	12
LUVA FOFO JM DN 350 MM	13	12	12
LUVA FOFO JM DN 400 MM	12	12	12
LUVA FOFO JM DN 500 MM	8	7	7
LUVA FOFO JM DN 550 MM	4	-	-
LUVA FOFO JM DN 600 MM	5	5	5

GRUPO 05 – VÁLVULAS E VENTOSAS

OBJETO	Mês 1	Mês 2	Mês 3
VÁLVULA BORBOLETA WAFER DN 450 MM (18") PN 10	1	-	-
VÁLVULA BORBOLETA WAFER DN 500 MM (20") PN 10	2	-	-
VÁLVULA BORBOLETA WAFER DN 600 MM (24") PN 10	1	-	-
VENTOSA TRÍPLICE FUNÇÃO FF DN 100 MM PN 25	12	-	-

GRUPO 06 – FERRULES

OBJETO	Mês 1	Mês 2	Mês 3
FERRULE LIGA DE COBRE (LATÃO) 1 POL	222	221	221
FERRULE LIGA DE COBRE (LATÃO) 3/4 POL	524	524	524

ITEM 29 – TAMPAO FOFO COMPLETO CL-400 ARTICULADO 110 GR DN 600MM

OBJETO	Mês 1	Mês 2	Mês 3
TAMPÃO FOFO COMPLETO CL-400 ARTICULADO 110 GR DN 600MM	340	338	338

4.1.2.1.2. INSPEÇÃO DE QUALIDADE

4.1.2.1.2.1. Os materiais fornecidos deverão vir acompanhados de nota fiscal e laudos técnicos de análise do produto emitidos por ocasião da fabricação ;

4.1.2.1.2.2. Serão inspecionados e conferidos (qualitativa e quantitativa) pela CAGECE, todos os materiais apresentados para recebimento;

4.1.2.1.2.3. Reserva-se a CAGECE o direito de recusar, no todo ou em parte, qualquer produto considerado não conforme, defeituoso, imprestável, ou que, depois de inspecionado, não venha acompanhado do laudo de aprovação pelo serviço de inspeção de qualidade, ou ainda, que tenha sido danificado no transporte ou na descarga, obrigando-se a Contratada a substituí-lo, sem qualquer ônus adicional.

4.1.2.1.2.4. Ocorrendo rejeição, total ou parcial, dos materiais pelos critérios de aceitação ou rejeição previstos, a CAGECE sustará o pagamento da Nota Fiscal correspondente no todo ou em parte, bem como poderá exigir a substituição pelo fornecedor do material, no todo ou em parte;

4.1.2.1.2.5. A recusa de material pelo serviço de inspeção de qualidade não será motivo para prorrogação dos prazos de fornecimento dos materiais, parciais ou totais, fixados no contrato;

4.1.2.1.2.6. Os materiais colocados à disposição da Contratada por qualquer motivo (rejeição pela Inspeção de Qualidade, danificados ou quebrados durante o transporte, recebidos a mais do que contratado etc.) e que não forem apanhados dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da data da comunicação da CAGECE, serão devolvidos com frete a ser pago pela Contratada ou, então, serão considerados inservíveis pela CAGECE, e assim, inutilizados sem qualquer reembolso à Contratada;

5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes da arrecadação da tarifa de contingência.

6. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1. Quanto à entrega:

6.1.1. O objeto contratual deverá ser entregue em conformidade com as especificações estabelecidas neste instrumento, nos locais indicados no **anexo A** deste Termo no **prazo 30 (trinta) dias**, contado a partir do recebimento da nota de empenho ou instrumento hábil.

6.1.2. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados **até 02 (dois) dias úteis** antes do término do prazo de entrega, e aceitos pela contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

6.2. Quanto ao recebimento:

6.2.1. **PROVISORIAMENTE**, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto contratual com as especificações, devendo ser feito por pessoa credenciada pela CONTRATANTE.

6.2.2. **DEFINITIVAMENTE**, sendo expedido Termo de Recebimento Definitivo, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas, e consequente aceitação das Notas Fiscais pelo Gestor do contrato, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado **até 30 (trinta) dias** contados da data do termo de recebimento definitivo, emitido pela contratante, com a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor do contrato, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada, exclusivamente no **Banco Bradesco S/A**.

7.1.1. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

7.2. Não será efetuado qualquer pagamento à Contratada, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na dispensa de licitação.

7.3. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

7.4. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:

7.4.1. Documentação relativa à regularidade fiscal para com a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), trabalhista e Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

7.5. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada em Cartório. Caso a documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. No caso de inadimplemento de suas obrigações, a contratada estará sujeita, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, às seguintes penalidades:

8.1.1. Multas, estipuladas na forma a seguir:

a) Multa diária de **0,3% (três décimos por cento)**, no caso de atraso na execução do objeto contratual até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente.

b) Multa diária de **0,5% (cinco décimos por cento)**, no caso de atraso na execução do objeto contratual superior a 30 (trinta) dias, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente. A aplicação da presente multa exclui a aplicação da multa prevista na alínea anterior.

c) Multa diária de **0,1% (um décimo por cento)** sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento das demais cláusulas estabelecidas neste instrumento, elevada para 0,3% (três décimos por cento), em caso de reincidência.

d) Multa de **20% (vinte por cento)**, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente, no caso de desistência da execução do objeto ou rescisão contratual não motivada pela contratante.

8.1.2. Impedimento de licitar e contratar com a Administração, sendo, então, descredenciada no cadastro de fornecedores da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, pelo prazo de até **5 (cinco) anos**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e das demais cominações legais.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.

9.2. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na dispensa de licitação.

9.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no §1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual.

9.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a contratante proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

9.5. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.

9.6. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

9.7. Substituir ou reparar o objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidade com as especificações deste termo, no **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados da sua notificação.

9.8. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta comercial, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

9.9. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Solicitar a execução do objeto à contratada através da emissão de Ordem de Fornecimento.

10.2. Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações.

10.3. Fiscalizar a execução do objeto contratual, através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato.

10.4. Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

10.5. Efetuar os pagamentos devidos à contratada nas condições estabelecidas neste Termo.

10.6. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento

11. DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por um gestor especialmente designado para este fim pela contratante, de acordo com o estabelecido no art. 67, da Lei Federal nº 8.666/1993, a ser informado quando da lavratura do instrumento contratual.

12. DOS ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA**ANEXO A - ENTREGA**

Seq	Órgão/Entidade	Endereço	Horários/dias
1	CAGECE	Centro de Distribuição da CAGECE, av. Carneiro de Mendonça s/n Bairro: Pici - Fortaleza – CE-(85) 3101-5611	08 às 11h e 13 às 16h de segunda a sexta-feira

LÍGIA CACAU COSTA MAGALHÃES
COORDENADORA DE PLANEJAMENTO E AQUISIÇÕES
GERÊNCIA DE SUPRIMENTOS –GESUP

JOSÉ FERNANDES DA SILVA FILHO
GERENTE DE SUPRIMENTOS – GESUP

ADALBERTO NAPOLEÃO DE A. NETO
SUPERINTENDENTE FINANCEIRO E DE ATIVOS - SFA

DARIO SIDRIM PERINI
DIRETOR DE GESTÃO CORPORATIVA – CAGECE

NEURISÂNGELO CAVALCANTE DE FREITAS
DIRETOR-PRESIDENTE – CAGECE

ANEXO II - CARTA PROPOSTA

À

Gerência de Suprimentos - GESUP

Ref.: Dispensa de Licitação para aquisição de **CONEXÕES FOFO**

A proposta comercial encontra-se em conformidade com as informações previstas no Edital e seus anexos.

1. Identificação do Proponente:

Razão Social:

CPF/CNPJ e Inscrição Estadual:

Endereço completo:

Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, domicílio):

Telefone, celular, fax, e-mail:

2. Condições Gerais da Proposta:

A presente proposta é válida por 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão.

O objeto contratual terá garantia de _____(_____) _____.

3. Formação do Preço**GRUPO 01 – ADAPTADORES**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
VALOR GLOBAL R\$					
Valor por extenso (_____)					

A Proposta comercial deverá ter a especificação técnica e marca do material onde possamos verificar e confirmar as exigências deste Termo.

Local e data

Assinatura do Representante Legal

Nome e cargo